**PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO - PRPPG**

**DIRETORIA DE PESQUISA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**

**DIVISÃO DE INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO**

**PROGRAMAS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, INICIAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO E INICIAÇÃO CIENTÍFICA EM NÍVEL MÉDIO - 2023-2024**

**A PESQUISA HISTÓRICA NO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO HISTÓRICA DO LITORAL DO PARANÁ CDOC. H LITORAL: PRESERVAÇÃO DOCUMENTAL E POTENCIALIDADES DE PESQUISA (1885 A 1895).**

Daniel Schimanski Neto[[1]](#footnote-1)

**INTRODUÇÃO**

A pesquisa objetiva investigar uma documentação original proveniente do Fundo documental da Prefeitura Municipal de Paranaguá - sob guarda do Centro de Documentação Histórica do Litoral do Paraná, CDoc.H. Litoral. O recorte temporal se refere aos anos 1885 a 1895. Esse conjunto de documentos permite observar relações políticas, esferas de poder, políticas regulatórias para os espaços da cidade, a expansão urbana, seus problemas e suas políticas públicas de gestão do período. O projeto se propõe a catalogação, identificação, e organização do acervo com vistas a sua conservação além disso expõe as principais tipologias documentais mapeadas ao longo do levantamento e catalogação documental, oportunizando a acessibilidade e a demais interessados em abordar, compreender e pesquisar temas correlatos ao Fundo documental explorado nessa pesquisa. Não se tratou de um trabalho meramente técnico pois o Fundo carrega a trajetória da própria administração pública da época, a qual buscamos entender ao longo do processo. O escopo da proposta visou análises históricas correlatas aos assuntos mapeados entendendo ainda que cada documento carrega uma história que se relaciona com a trajetória da própria administração pública da época.

Como dito, a pesquisa trabalhou com um importante rol documental disponível no acervo do Arquivo Municipal da localidade de Paranaguá. A documentação se encontra sob guarda do Centro de documentação histórica do Litoral do Paraná, CDoc. H Litoral e se confunde com a história da construção da cidade. Essa localidade tornou-se, no período colonial, importante área de expansão do projeto colonizador europeu: já em 1646, - foi construído o pelourinho como simbologia de autoridade e da justiça do Rei de Portugal, dois anos depois, a povoação tornou-se vila, passando a distrito em 1647. Em 1648 já ocorreram as primeiras eleições. Contudo, Paranaguá-passou a ter foro de cidade em fevereiro de 1842 - através da Lei Provincial n.º 5, da Província de São Paulo. Tais fatores, figuram Paranaguá como a mais antiga cidade do Paraná. Esse fato revela que ao longo de sua existência político administrativa, a referida localidade acumulou uma rica documentação, que pela importância e originalidade merece ser estudada. Nesse sentido, a proposta de pesquisa pretende trabalhar com a documentação proveniente do Arquivo Municipal de Paranaguá, referente ao século XIX, *locus* documental, esse, que permite observar e estudar diversos aspectos da municipalidade.

Paranaguá no ano de 2024 comemora seu 376° aniversario, e há, portanto, um grande volume documental produzido pela prefeitura Municipal de Paranaguá. O Arquivo Histórico Municipal de Paranaguá é um departamento vinculado ao Departamento de Protocolo Geral da Prefeitura de Paranaguá, Órgão que responde a Secretaria Municipal de Administração e contém um grande conjunto de fontes produzidas ao longo da constituição da municipalidade pela administração pública. O Arquivo abrigava originalmente mais de 5000 caixas de documentos administrativo-legais tais como correspondência de autoridades, plantas urbanas, relatórios, contratos, licitações, transferências de propriedades, prestações de contas, processos de sindicância, diversos tipos de requerimentos, cartas de aforamento, de datas, e demais documentos correlatos a administração pública da cidade.

 Ao todo, o Fundo documental proveniente do acervo da Prefeitura Municipal de Paranaguá possui aproximadamente 14.619. Em relação ao século XIX o Fundo possui 2.997 documentos, e muitos, são processos com quatro ou mais páginas. Originalmente o recorte escolhido para essa pesquisa investigativa foram os anos de 1885 a 1895, contudo, o quantitativo de páginas, acrescido de técnica de leitura paleográfica concorreram para que ficassem faltando catalogar três anos do referido acervo. Apesar disso, o método empregado permitiu a leitura paleográfica e a catalogação de 5 caixas de documentos antigos e os seus resultados foram consideráveis, como veremos adiante. A leitura paleográfica leva tempo, paciência e atenção, e portanto, teve grande influência no quantitativo implementado.

Essa proposta trouxe a público fontes originais correlatas as relações políticas, esferas de poder e normativas municipais, dentre outras. Assim como, expõe ainda um conjunto documental com temas vinculados a saúde pública, porto, finanças, comercio, urbanização, educação e ainda sobre o poder legislativo.

Por fim os objetivos dessa pesquisa consistiram em: a) contribuir na organização do acervo documental do CDoc.H. Litoral, b) catalogar documentos do Fundo ‘Arquivo Público Municipal de Paranaguá, c) Identificar temas e potenciais de pesquisa e como último objetivo, e não menos importante, e) dominar noções básicas do trabalho arquivístico.

**MATERIAIS E MÉTODOS**

Quanto a natureza das fontes, trata-se de documentos originais, ou seja, manuscritos antigos e públicos provenientes, como já destacado do Arquivo Público Municipal de Paranaguá, PR. O trabalho de catalogação documental abarcou o recorte temporal entre os anos 1885 a 1892. Para essa etapa fizemos uso de um método quantitativo com abordagem qualitativa das fontes, conforme poderá ser visto a seguir.

Outro método utilizado foi a paleografia. Paleografia é uma técnica utilizada para estudar e interpretar manuscritos antigos e outros documentos escritos à mão.

Os elementos considerados importantes na análise dos escritos antigos foram os seguintes: 1) morfologia as letras ( sua forma), 2) traçado ou ductos (ordem de sucessão e sentido de seus traços), 3) ângulo (relação entre seus traços verticais e a pauta horizontal), módulo (sua dimensão em relação à pauta) e peso (relação entre seus traços finos e grossos) (CAMBRAIA, 2005, p.24)

Além dos elementos acima, a transcrição paleográfica implementada na pesquisa se baseou nos seguintes princípios: a) o respeito rigoroso ao conteúdo original do documento; b) a consideração das normas internacionais já existentes; c) a adequação de tais normas à realidade da documentação manuscrita brasileira.

Segundo Kruger (2014), para se exercer a paleografia é necessário calma, cautela e empenho, pois dessa forma há a possibilidade de transformar um documento ilegível em legível, reconhecendo seu lugar de produção, quem o produziu, para quem o fez, em que dia, com que intuito e em que condições. Para entender qual era a intenção dessa interação.

Leituras como Toniazzo (2009), Kruger (2014) e Flexor (1991) oportunizaram o reconhecimento do traçado das letras, termos de época e abreviaturas.[[2]](#footnote-2) Ainda foi possível reconhecer o trabalho do paleógrafo como um leitor de documentos antigos. Além disso, passamos a entender que um paleógrafo é um analista, que deve procurar reconhecer em um manuscrito a veracidade, a dificuldade da escrita, a mudança de linguagem e o letramento do redator em algumas linhas escritas para diversos intuitos.

Para confeccionar um catálogo próprio dessa documentação utilizou-se das normativas da NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Foram estabelecidas 10 linhas a serem preenchidas durante a leitura de cada documentação. A primeira linha pertence ao Código de Referência, onde é necessário que se “Registre, obrigatoriamente, o código do país (BR), o código da entidade custodiadora e o código específico da unidade de descrição.” (NOBRADE,2006, p.20). Na sequência há o Código Digital o qual se refere ao código que o documento receberá após a digitalização. A seguir, na próxima linha, o “Título”, onde é registrado “título da unidade de descrição.” (NOBRADE,2006, p.21). A próxima linha aparece informação, “Data” que se trata de referenciar dia, mês e ano de produção do documento. Na linha “Dimensão”, há uma descrição da quantidade de folhas do documento. Na linha “Estado de conservação”, está descrito a condição física: “baixa” / “media” ou “alta”. Descrevemos nesse momento se há algum nível de danificação e/ou dificuldade de leitura. A linha, “Remetente/Cargo” e “Destinatário/Cargo” se trata de identificar segundo a NOBRADE o seguinte: “Registre a (s) forma (s) normalizada (s) do (s) nome (s) da (s) entidade (s) produtora (s) da unidade de descrição. ” (NOBRADE,2006, p.30). Já o elemento “Assunto”, se destina a um breve resumo das informações do documento limitado a no máximo três linhas para que apenas sejam pontuados a natureza do conteúdo do documento. E por fim a última linha, “Notas” é um espaço dedicado a informes sobre objetos e marcas presentes na documentação. Também identifica se o documento é manuscrito, datilografado, híbrido ou impresso.

Quanto a metodologia adotada para as tipologias documentais, seguimos a regulamentação do CDoc. H Litoral. A política interna do CDoc. H Litoral definiu 1 tipologias: **1) Carta** ( documentos dirigidos a órgãos públicos, relativos a questões de interesse privado e ou de associações civis); **2) Requerimento de Alvará** ( solicitações, permissões, transferências e documentos de cancelamentos, aberturas de estabelecimentos comerciais ou solicitações para o exercício de profissões; **3) Requerimento de Serviço** ( que caracterizam ações ou medidas relativas a obras ou serviços públicos); **4) Requerimento de Propriedade** ( caracterizado por pedidos ou documentos referentes a compras, pagamento de impostos, cartas aforamentos, solicitações de aforamento, transferências de aforamento, cartas de data, cartas de renda municipal, vistorias, medições, arruamentos, nivelamentos, benfeitorias e ou referenciando sempre terrenos particulares); **5) Requerimento Administrativo** ( tratam-se de relatórios institucionais, projetos de lei, multas, atas de sessões da Câmara e Prefeitura Municipal e suas cópias e demais questões referentes à Administração Pública; **6)** **Requerimento financeiro**, ( quando se trata de questões de ordem financeira, tais como pagamentos, atrasos no pagamento, equívocos etc)., 7**) Ofício** ( comunicação entre Instituições, Órgãos ou pessoas públicas; **8) Mapa**, ( essa tipologias refere-se a plantas, mapas, ou quaisquer documentos ou desenhos geográficos); **9) Relatórios** ( são demonstrativos de dados e demais relatórios correlatos a assuntos públicos **10) Periódico/Jornal** ( periódicos avulsos, ou coleções- se houver) .

No conjunto da metodologia empregada nessa pesquisa citamos ainda estudos sobre Legislação arquivística, acrescidos de estudos acerca da importância dos Arquivos para a história, memória e para a educação patrimonial. Para isso lançamos mão de reflexões de vários autores. Nora (1993), Le Goff (1978), Farge (2009), Fonseca (2003), nos deram aportes teóricos sobre história, memória e Arquivos. Castro (2017) e Gastaud (2017), contribuíram para o nosso entendimento acerca de temas de preservação documental e correlatos. Por sua vez, Kruger (2014) e Toniazzo (2009), acimentaram nossos conhecimentos sobre técnicas de leitura e transcrições paleográficas. Por fim, Onório (2022), Scheifer (2024, Dolinski (2024), dentre outros concorreram para entendermos a atmosfera social, política e econômica da cidade de Paranaguá.

A construção do instrumento de pesquisa ocorreu paralelamente a confecção de jaquetas para acondicionamento dos documentos. Essa é mais uma atividade de preservação documental chamada de enjaquetamento/ envelopamento que ocorre somente após a etapa de higienização. Cada jaqueta é acompanhada de dados de identificação na parte superior direita que permitem acessar os documentos sem tocar diretamente na fonte, fato que permite maior longevidade a esse rico acervo Arquivístico.

Outro método de preservação realizado na pesquisa foi o congelamento profundo. O congelamento trata-se de uma técnica que objetiva desinfestação de insetos, fungos e bactérias. Também contribui para a secagem de documentos úmidos que chegam ao CDoc. H Litoral. Por meio dessa técnica os documentos são colocados em um freezer por no mínimo 72 horas onde Santana (2010) aponta que “o fato dos acervos possuírem vida útil exige que se tenham cuidados especiais” e defende que “[...]à preocupação com a preservação dos documentos, contra agressores biológicos tem, no congelamento profundo, um aliado, que é barato, de fácil aplicação e eficaz para a sua eliminação.”

Quanto ao método empregado para a contagem das páginas dos documentos, a pesquisa estabeleceu que: a) processos contendo várias páginas foram computados como 1 documento (ex. aforamentos, solicitações de construção, reforma, alvará, abaixo-assinados, relatório fiscais etc.); b) documentos em única folha foram computados individualmente (solicitações simples, avisos, cartas, ofícios, informes, panfletos etc.)

Dito isso, podemos inferir que essa pesquisa nos fez o Arquivo como “brecha nos tecidos dos dias [...], instantes de vida de personagens comuns” (FARGE, 2009, p. 14). Também nos coloca diante de indícios sobre a cidade o movimento histórico da cidade implementado no âmbito da administração pública. Em meio a pedidos, requerimentos, cartas e demais tipos documentais, temos uma memória social a ser construída.

Pierre Nora (1993) contribuiu para reconhecermos o CDoc. H. Litoral como um ‘lugar de memória’, ou seja, como um espaço simbólico onde se entrelaçam presente, passado e futuro.

Onde o documento é monumento, como propõe Le Goff (1990). Ou seja, por um lado é produto da seleção do historiador visando escrever a história, e por outro é produto da vontade ( de um grupo, individuo ou nação), é aquele que a sociedade ratifica e que conserva como registro de memória. Então, cabe a nós questionarmos os documentos/monumentos.

**RESULTADOS E DISCUSSÕES**

Na realização do nosso ofício de historiador, investigamos e refletimos sobre nossas práticas de trabalho, inclusive para além da própria ciência histórica. Foi necessário lançar mão de conhecimentos arquivísticos e paleográficos. Conhecimentos técnicos como por exemplo, das normativas da NOBRADE. Estudar sobre técnicas preservacionistas e implementá-las foi um desafio importante. Conhecer sobre insetos bibliógrafos, climatização adequada, aprender a confeccionar jaquetas para acondicionar os documentos após o processo de catalogação são somente alguns aspectos de um esforço interdisciplinar na construção de conhecimentos.

É notável a potencialidade de pesquisas relativas à cidade de Paranaguá. Temas como expansão urbana, história da cidade, saúde e administração pública. Documentos de compra e venda de terreno, pedidos de isenção de impostos, solicitação de alvarás para comércio e construção de casas, dentre outros como Atas de fundação de instituições, nomeações de professoras, abaixo assinados, discursos na área de educação.

Além de pedidos de alvarás para a circulação de jornais como “Treze de maio”, “Ordem”, A razão”. Todos do ano de 1889, sendo no início do processo do império para a república. Em mais de 50% dos documentos contém nomes de ruas desse período podemos fazer uma mapeação da área urbana. A cidade sendo parte importante do Império, contendo uma área portuária, é possível localizar alguns documentos onde os consulados da Suécia, Dinamarca e Noruega, da República da Argentina e dos Países Baixos se comunicam com a câmara municipal afim de atualizar sob os determinados cargos de cônsul e vice-cônsul do consulado.

Também vale destacar que desse rol documental, são comuns encontrarmos Juiz municipal, escrivão interino do judiciário, promotor público solicitando, no início de cada ano pagamento pelos serviços prestados.

Além dos requerimentos catalogamos vários ofícios, cartas enviadas entre pessoas com cargos públicos. Ofícios enviados de Delegados de Higiene e Fiscais relacionados ao porto. Delegados, Prefeitos e Secretários da prefeitura de Guaraqueçaba, Guaratuba, Curitiba, Antonina e Morretes. E Governadores do Estado escrevendo diretrizes para a câmara e prefeitura municipal de Paranaguá. Assim como respostas de ofícios enviados pela Prefeitura a essas instituições também são encontradas que nos levam a indícios sobre a forma de governo e as relações entre agentes públicos, população e instituições.

Dentre os documentos catalogados encontramos muitos documentos como requerimentos e cartas, destacando insatisfação de munícipes relativos processo de multas aplicadas por fiscais e os valores de impostos cobrados aos comerciantes. Trouxemos como exemplo dessas questões alguns casos interessantes que percorrem a temporalidade: Em um caso de 1885 Joaquim Mariano Ferreira [[3]](#footnote-3) envia um requerimento a prefeitura solicitando que o Procurador da Câmara Municipal de Paranaguá reveja a cobrança do imposto aplicado em seu armazém por estar sendo cobrado de maneira errônea como se possuísse um armazém maior do que o que possui. No ano seguinte Manuel Januário da Luz [[4]](#footnote-4)que se denomina como "cortador de carne de um açougue no Mercado Municipal" solicita a revogação de uma multa aplicada pelo Guarda Fiscal por ter vendido "carne de um boi executado no dia anterior". Alegando que teria apenas distribuído a carne com seus colegas de serviço, e não colocado a carne para a venda. Isabel Pinto da Silva Faria [[5]](#footnote-5)no ano de 1887 se dirige a Câmara e declara quanto ao imposto cobrado por ter uma porta de negócios, afirmando não o ter, que na verdade seriam coisas para seu consumo. Nos anos que se seguem, passando para 1890 e 1892, podemos encontrar esses dois tipos de questões presentes nos anos anteriores, como os cidadãos Manoel Neves da Silva[[6]](#footnote-6), no ano de 1890, e Manoel Teixeira Martins de Souza[[7]](#footnote-7), em 1892, onde ambos solicitam alivio de multa recebida. Nesses mesmos anos pode-se ver insatisfação da empresa Macedo e Cia[[8]](#footnote-8), em 1890, que reclama do valor do impostos cobrado pela intendência e pelo comerciante Nomão Vidal [[9]](#footnote-9), em 1892, que solicita revisão do valor do imposto de sua oficina. Não existir documentos levantados sobre essas questões nos anos de 1888, 1889 e 1891 não significa que não existiram descontentamentos referentes a essas questões, mas sim que não se encontram sob guarda do CDoc H. Litoral podendo estar ainda no Arquivo Histórico Municipal de Paranaguá ou perdidos pelo tempo.

Nesses documentos repletos de informes, relatórios e ofícios são destacados como se organizavam as relações de poder no âmbito da gestão pública. Fazendo ligação com as questões anteriores podemos evidenciar o oficio de Cesário José Chanrantes[[10]](#footnote-10) que exercia o cargo de Juiz de direito da Câmara no ano de 1890 e envia para a Câmara Municipal um informe onde declarou que as multas citadas no documento haviam sido aliviadas, trazendo um exemplo de como funcionava a burocracia da época na cidade de Paranaguá.

Nas 5 caixas trabalhadas, catalogamos em fichas individuais 990 documentos dispostos cronologicamente da seguinte maneira:

**Tabela 1 – Total de Documentos**

|  |  |
| --- | --- |
| Ano | Total |
| 1885  | 163 |
| 1886 | 150 |
| 1887 | 133 |
| 1888 | 2 |
| 1889 | 64 |
| 1890 | 91 |
| 1891 | 189 |
| 1892 | 198 |

A seguir, por meio do gráfico abaixo, trouxemos esses mesmos dados objetivando uma visualização panorâmica desse trabalho.

**Gráfico 1 – Total de Documentos**

Outro resultado importantíssimo foi o novo formato da ficha de catalogação, material esse que serve de instrumento de pesquisa facilitando o acesso a informações por parte dos consulentes e da população em geral. Este novo padrão pode ser observado a seguir:

**Quadro 1 – Ficha de catalogação e seus elementos de informação**

|  |  |
| --- | --- |
| Código de Referência  | BR CDOC.H PR PMPGUA CR-01 |
| Código Digital  | Conciste em: (000.00.00.000)(três ultimos digitos do ano “.” Digito do fundo pertencente “.” Numero do documento no ano “.” Numero total de documentos do ano). |
| Título  | *Tipologia atribuida ao documento:**(Requerimento de alvará; Requerimento de Propriedade; Requerimenro de Licença; Requerimento Financeiro), (Oficio), (Carta).* |
| Data  | Data do Documento |
| Dimensão   | Número de folhas pertencentes ao processo. |
| Estado de conservação  | Baixa (Rasgado ou danificado com dificuldade de leitura); Média (Sujidades removíveis com média condição de leitura); Alta (Aparentemente limpo e sem dificuldade de leitura). |
| Remetente/ Cargo  | Nome do Autor/Profissão |
| Destinatário/ Cargo  | Nome do Receptor ou do Órgão |
| Assunto  | Resumo das Informações do Documento |
| Notas  | Outras informações relevantes ao documento como: existência de selos, se há outros documentos anexados, se o documento está em alguma pasta e qual sua posição na série (se houver alguma). Se o conteúdo do documento está em manuscrito, datilografado ou digitalizado. |

A seguir confeccionamos uma tabela visando identificar o quantitativo documental dividido por tipologias refletindo as relações públicas e as necessidades da população.

**Tabela 2 – TIPOLOGIAS**

|  |  |  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **Tipologia/Ano** | **1885** | **1886** | **1887** | **1888** | **1889** | **1890** | **1891** | **1892** | **Total** |
| **Carta** | 27 | 22 | 10 | 0 | 1 | 4 | 16 | 16 | 96 |
| **Req. Alvará** | 17 | 16 | 21 | 0 | 29 | 11 | 28 | 41 | 163 |
| **Req. Serviço** | 9 | 3 | 1 | 1 | 1 | 1 | 3 | 9 | 28 |
| **Req. Propriedade** | 25 | 38 | 77 | 0 | 14 | 44 | 52 | 68 | 318 |
| **Req. Administrativo** | 24 | 33 | 19 | 0 | 3 | 6 | 7 | 6 | 98 |
| **Req. Financeiro** | 11 | 12 | 0 | 1 | 14 | 18 | 1 | 1 | 58 |
| **Ofício** | 45 | 27 | 3 | 0 | 2 | 7 | 82 | 57 | 223 |
| **Mapa** | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| **Relatório** | 5 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 5 |
| **Periódico/jornal** | 0 | 0 | 1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 |

 Sob a perspectiva nas tipologias apresentadas na tabela podemos reconhecer os mesmos 990 documentos, e a forma como em cada ano se distribuiu os números de documentos por sua natureza. Onde se pode mapear a relação da municipalidade com o corpo legislativo, pelas cartas, pelos pedidos, solicitações e declarações e as demais formas de registros encontrados no Acervo seja por mapas, relatórios ou periódicos.

 As cartas em uma forma decrescente entre os anos de 1885 a 1888 e logo em seguida uma leve acentuação nos anos seguintes para logo depois estabilizar nos dois últimos, contabilizado um total de 96 documentos dessa natureza que pode ser visto como a relação do interesse particular foi levado para a municipalidade. Bem como convites, registros e declarações de âmbito pessoal.

Os requerimentos de Alvará podem nos fazer considerar a movimentação do comercio, das quitandas, dos botequins, das tabernas, das oficinas, das lojas de diferentes ramos que precisavam da aprovação da Prefeitura Municipal para seu funcionamento e realização de atividades. É interessante observar o índice sempre constante no decorrer dos anos e uma certa explosão no ano de 1892 nos requerimentos mostrando uma certa regularidade nas atividades econômicas da cidade e uma cidade economicamente ativa. Com uma quantidade relevante de documentação dessa tipologia, 163 requerimentos (16%), pode-se mapear a movimentação comercial da cidade assim como contribuir para fazer um mapeamento mais preciso do Centro Histórico da cidade, hoje tombado pelo IPHAN, na temporalidade trabalhada.

O processo de urbanização da cidade pode ser observado pelos requerimentos de propriedade, pois com o aumento de terrenos devolutos sendo apossados mais o território urbano se expande. As transferências entre proprietários de compra e venda ou doação também trazem a questão econômica e social da cidade, assim como, a localidade com relação ao centro pode denotar um status social diferenciado entre a população. Sendo interessante pontuar que 32,12% da documentação, um terço do total, se trata desse tipo de requerimento.

Pelos ofícios, que se totaliza 23%, da documentação trabalhada podemos entender a forma como se dava os tramites entre a administração pública. Eram nos ofícios entre diferentes cargos públicos, como os vereadores que justificavam suas faltas nas sessões ou solicitavam licença pra tratar da saúde, os fiscais declaravam que aplicaram multas nas irregularidades encontradas na cidades, ou que realizaram tais vistorias, os delegados, prefeitos das demais cidades da região litorânea e da capital assim como o governador do Estado informavam que assumiram os seus cargos. E onde este último também trocava correspondência com o prefeito municipal e trocava informações seja de pagamentos ou regulamentos, petições, permissões e até indicações de cargos durante a primeira república. Todos referentes a assuntos de interesse público e da administração da cidade, sendo possível pela tabela encontrar uma certa presença em todos os anos da temporalidade desse tipo de documentação.

Por fim tramitando entre as demais tipologias apresentadas é interessante analisar como a burocracia nesse período trabalhou para que se uma pessoa quisesse solicitar algum serviço ou se propor a cuidar da iluminação pública, ou da limpeza das ruas, ela precisaria enviar um requerimento de serviço para a municipalidade. E para solicitar o pagamento de um serviço prestado, onde vemos o maior índice desse tipo de solicitação em 1890, principalmente em cargos públicos como fiscais e juízes era necessário encaminhar um pedido de acerto de contas, que se encaixa na tipologia de requerimento financeiro. Assim como foi colocado na tipologia intitulada de relatórios todos os documentos que tinham a intenção de apresentar dados de um determinado assunto, como um professor fazendo levantamento de número de frequência de alunos em 1885[[11]](#footnote-11)ou um fiscal trazendo uma lista de donos de terrenos que eram do Porto Dom Pedro II e que conforme o "Artigo 23º do Código de Posturas" perderam o direito de seus terrenos[[12]](#footnote-12). Estes com relação aos outros ocupam espaços menores na porcentagem apresentadas no gráfico a seguir, porem também falam como no decorrer dos anos essa documentação reflete as relações públicas e as necessidades da população.

**Gráfico 2 – Total de Documentos por Tipologia**



**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

 Conforme observado durante a realização desse projeto, o trabalho pautou-se em contribuir na organização do acervo documental do CDoc.H. Litoral e realizar, por meio de técnicas paleográficas e normativas de descrições arquivísticas, a catalogação dos documentos do Fundo ‘Arquivo Público Municipal de Paranaguá, assim como, dominar noções básicas do trabalho arquivístico, tanto no tratamento de higienização quanto em questões de preservação documental das fontes. E identificar temas e potencialidades de pesquisas sobre a cidade de Paranaguá no final do séc. XIX.

A princípio para a organização e consequentemente catalogação dos documentos dos anos de 1885 a 1892 foi necessário fazer um levantamento bibliográfico de tratamento das fontes e entender que pontos seriam interessantes para realizar a organização física desses documentos. Estes foram colocados em caixas de arquivos procurando colocá-los em ordem cronológica para logo em seguida passar para questões de críticas textuais com o objetivo de constituir o catalogo e consequente levantar questões teóricas e contextuais dos diferentes assuntos presentes nos documentos que para além de uma história de grandes nomes cada documentos apresenta atributos extrínsecos, seja por uma identidade coletiva ou da história da cidade, processos e transformações afim de evidenciar o cotidiano de uma construção urbana.

Por sua vez esse projeto não visou apenas um trabalho científico com o intuito de ler os documentos, mas também, foi um trabalho de preservação de um importante patrimônio documental de Paranaguá buscando entender que trazer um espaço de memória como um lugar de memória e de “deposito de papeis antigos” traz outras necessidades, como compreender como se dá a preservação documental por questões arquivísticas, perceber o que são centros de documentações e qual a sua relação com o conceito de patrimônio e políticas de memorias. Tendo o cuidado com as questões físicas do documento seja com a limpeza e higienização de sujidades e a remoção de peças metalizadas que podem danificar os papeis. E ter um certo cuidado com os agentes externos como insetos e a questão da umidade do ar que se tornam pontos cruciais para manter o manuscrito em um bom estado de conservação.

Com o intuito de identificar temas e potencialidades de pesquisas sobre a cidade de Paranaguá no final do séc. XIX essas ações foram tomadas para que as próximas gerações de pesquisadores tenham acesso a esse rico material e possam produzir suas pesquisas. Dessa forma, pode-se considerar que para além de uma documentação rica em informação e contexto da época analisada, esses documentos denotam importância e podem contribuir para diversos âmbitos de trabalhos acadêmicos. Podendo ser objetos para análise da escrita, das morfologias das letras e das formas de tratamentos e de linguagem. Assim como para analisar as narrativas e discursos da cidade sob o ponto de vista político, econômico, social e cultural pela perspectiva a ciência histórica. Seja ela pela preocupação no cotidiano de uma noção de moralidade, saúde pública, moradia ou de trabalho e para reconhecimento de como se dava as tenções da cidade que pairava seus 200 anos em um contexto nacional de transformações políticas que ficam inerentes para uma cidade portuária e de importância nacional.

Estes são somente alguns exemplos das potencialidades de pesquisa que foram apresentadas no decorrer do projeto. Há um elevado número de documentos do século XIX presentes no arquivo que merecerão outras propostas de pesquisas para serem explorados em sua totalidade, fato que demonstra a potencialidade desse projeto. A pesquisa permitiu ampliar o conhecimento histórico, historiográfico, paleográfico e de noção arquivística, expandindo de certa forma o conhecimento acadêmico que contribui para a formação de um professor-pesquisador que visa ingresso futuro em programa de pós-graduação *stricto sensu*. Tal experiência acadêmica destaca o comprimento dos objetivos propostos pelo Programa de Iniciação Científica da UNESPAR, Campus Paranaguá.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

CAMBRAIA, César Nardelli. Introdução à crítica textual. 1ªedição. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CASTRO, Renata Brião de; GASTAUD, Carla Rodrigues. O que são centros de documentação? O caso do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação. Revista Linhas, Florianópolis, v. 18, n. 37, p. 263–282, 2017. Disponível em: https://www.revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723818372017263. Acesso em: 5 set. 2024.

DOLINSK, 1. P. Saúde e cotidiano na Companhia de Menores Aprendizes Marinheiros de Paranaguá na segundo metade do século XIX. Revista História Social, v. 1. p. 101-120, 2014.

FARGE, Arlette. O sabor do arquivo. São Paulo: Edusp, 2009.

FLEXOR, Maria Helena Ochi. Abreviaturas: manuscritos dos séculos XVI ao XIX. 2008.

FIGUEIRA, Priscila Onório. As margens da bala um ancoradouro: história do desenvolvimento do Porto Dom Pedro II, na Bala de Paranaguá (séculos XVIII-XX) / Priscila Onório Figueira-Curitiba, 2022

KRUGER, Aline Carmes. O ensino de Paleografia no curso de graduação em arquivologia da UFSC: um exercício com os documentos do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina. AGORA: Arquivologia em debate, [S. L.], v. 24, n. 48, p. 211-223, 2014.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: História e memória. Campinas:Ed. da UNICAMP, 1990.

NOBRADE: Norma Brasileira de Descrição Arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006.

NORA, Pierre. Entre a história e a memória. A problemática dos lugares. In Projeto História – São Paulo, 1993.

SCHEIFER, Bruna. Paranaguá, cidade portuária: entre a cidade “sonhada e a cidade real”. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2008. p. 28-50. Disponível em: https://tede.unioeste.br/bitstream/tede/1743/1/Bruna\_Scheifer\_2008. Acesso em: 05 jul. 2024.

SANTANA, Doris de Souza. ESTUDO DA TECNICA DE CONGELAMENTO EM ACERVOS BIBLIOGRAFICOS. Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação a Distância Especialização Lato-Sensu Gestão em Arquivos – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil 2010.

TONIAZZO, C. ANDRADE, E. A. L de; KRAUSE, M. M. C. de A. EDIÇÃO DE MANUSCRITOS: CARACTERÍSTICAS PALEOGRÁFICAS. Polifonia, [S. L.], v. 16, n. 19, 2009.

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da CNPq, por meio de bolsa concedida ao estudante Daniel Schimanski Neto. [↑](#footnote-ref-1)
2. O livro “Abreviaturas: manuscritos do século XVI a XIX” de Maria Helena Ochi Flexor se apresenta como um “dicionário” de abreviatura que para além de mostrar o significado de diversas abreviaturas em discorridas em ordem alfabética, também apresenta em que século essa ou aquela abreviatura foi utilizada. [↑](#footnote-ref-2)
3. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1885. Remetente: Joaquim Mariano Ferreira. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-3)
4. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1886. Remetente: Manuel Januário da Luz. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-4)
5. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1887. Remetente: Isabel Pinto da Silva Faria. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-5)
6. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1890. Remetente: Manoel Neves da Silva. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-6)
7. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1892. Remetente: Manoel Teixeira Martins de Souza. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-7)
8. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1890. Remetente: Macedo e Cia. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-8)
9. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Carta, f. 2. Ano: 1892. Remetente: Nomão Vidal. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-9)
10. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Oficio, f. 2. Ano: 1890. Remetente Cesário José Chanrantes. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-10)
11. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Relatório, f. 2. Ano: 1885. Remetente: Alfredo Alves da Silva. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-11)
12. CDOC.H/LITORAL, Acervo do legislativo, Comarca de Paranaguá, Arquivo Público Municipal,

Relatório, f. 2. Ano: 1885. Remetente: Candido José Ribeiro. Destinatário: Câmara Municipal de Paranaguá. [↑](#footnote-ref-12)